



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACEMA

Praça José Ribeiro de Assis, 42 - Centro  
35.536-000 - Piracema - MG  
Fone: (37) 3334-1299 - Fax: (37) 3334-1202  
E-mail: [gabinete@piracema.mg.gov.br](mailto:gabinete@piracema.mg.gov.br)

Piracema, 17 de abril de 2019

**CÓPIA**

**Ofício nº: 128/GABPREF/20197**

**Serviço: GABINETE DO PREFEITO**

**Assunto: INQUÉRITO CIVIL nº 034.2019.594 - SOLICITAÇÃO (atende)**

Exmo. Sr. Procurador do Ministério Público de Contas,

Com meus respeitosos cumprimentos, em atenção ao contido no Ofício nº 056/2019/DCG/MPC, recebido em 21/03/2019, tempestivamente, encaminho a V. Exa.:

1 - cópia completa do Pregão Presencial nº 011/2014 e do Pregão Presencial nº 007/2017, em suas fases interna e externa, realizados para o fornecimento de peças e acessórios de fábrica para manutenção da frota municipal;

2 - cópia completa de toda a documentação fiscal (notas de empenho, notas de liquidação, ordens de pagamento e notas fiscais) relativos aos pagamentos efetuados às empresas vencedoras das licitações, bem como os documentos que confirmem a entrega dos produtos e/ou a prestação dos serviços contratados por meio dos procedimentos licitatórios.

Na oportunidade, renovo os meus votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

  
**ANTÔNIO OSMAR DA SILVA**  
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

**Dr. DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES**

**DD Procurador do Ministério Público de Contas**

**Av. Raja Gabaglia, nº 1315 - 3º andar**

**Luxemburgo**

**30380-435 - Belo Horizonte - MG**

TCM-6 PROTOCOLO 22/ABR/2019 15:39 0058850 MAO 10

Maria Cristina Ferraz Jeker  
Mat. 483-6  
TCM-6

CÓPIA

102880 000100010 25/04/2019 12:39 00288250 NAO 10

11:50:00  
Mesa Control Fina 100



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

Ofício nº 056/2019/DCG/MPC

Belo Horizonte, 15 de março de 2019

Excelentíssimo Senhor  
Antônio Osmar da Silva  
Prefeito do município de Piracema  
Praça José Ribeiro de Assis, n. 42 – Centro  
CEP 35.536-000 – Piracema/MG

*Recebido dia  
21/03/2019*

Assunto: Inquérito Civil n. 034.2019.594

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Considerando a autuação do Inquérito Civil n. 034.2019.594 neste Ministério Público de Contas e a necessidade de instrução do procedimento para o exame dos fatos ali narrados, REQUISITO a Vossa Excelência, com fulcro nos arts. 129, VI, da CR/88, 120, V da CEMG/89 e 67, I, b da LC nº. 34/94, **no prazo de 30 (trinta) dias**, o encaminhamento de:

- 1) cópia completa do Pregão Presencial n. 011/2014 e do Pregão Presencial n. 007/2017, em suas fases interna e externa, realizados para o fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais de fábrica para manutenção da frota municipal;
- 2) cópia completa de toda a documentação fiscal (notas de empenho, notas de liquidação, ordens de pagamento e notas fiscais) relativa aos pagamentos efetuados às empresas vencedoras das licitações, bem como os documentos que confirmem a entrega dos produtos e/ou a prestação dos serviços contratados por meio dos procedimentos licitatórios.

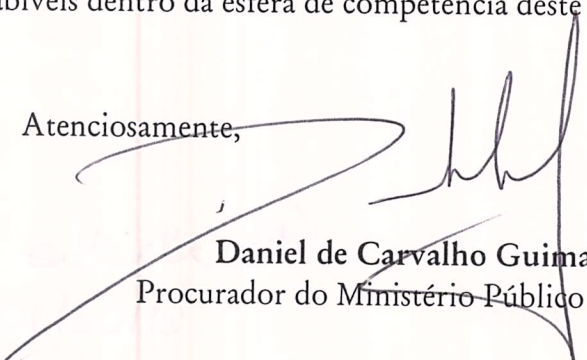


**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

---

Solicito ainda que a documentação pertinente seja encaminhada a este Procurador, de preferência em meio eletrônico (CD ou pen drive), para que sejam adotadas as medidas cabíveis dentro da esfera de competência deste Ministério Público de Contas.

Atenciosamente,

  
**Daniel de Carvalho Guimarães**  
Procurador do Ministério Público de Contas



Procurador do Ministério Público de Contas de Minas  
Gerais

**PORTARIA Nº 016/2019**

**INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL N.  
033.2019.580**

Considerando a identificação por este Ministério Público de Contas de indícios de conluio entre as empresas TRATORENZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. e RETENGROL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI, participantes dos procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Pequi, Pregão Presencial n. 001/2013, Pregão Presencial n. 005/2014, Pregão Presencial n. 033/2014, Pregão Presencial n. 023/2015 e Pregão Presencial n. 022/2017, para o fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais de fábrica para manutenção da frota municipal;

Considerando a verificação de parentescos e/ou relações indiretas entre as empresas vencedoras e aquelas participantes das licitações, após a realização do cruzamento de dados estratégicos, que reforçam os indícios do conluio identificado;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, VI, da Constituição Federal; 67, I, b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 2º, II, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG nº 07, de 21 de novembro de 2013;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL para apurar a ocorrência dos indícios de irregularidades verificados e identificar os possíveis responsáveis pelos fatos ora narrados, determinando, desde já, a expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Pequi requisitando, no prazo de 30 (trinta) dias:

1) cópia completa do Pregão Presencial n. 001/2013, do Pregão Presencial n. 005/2014, do Pregão Presencial n. 033/2014, do Pregão Presencial n. 023/2015 e do Pregão Presencial n. 022/2017, em suas

fases interna e externa, realizados para o fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais de fábrica para manutenção da frota municipal;

2) cópia completa de toda a documentação fiscal (notas de empenho, notas de liquidação, ordens de pagamento e notas fiscais) relativa aos pagamentos efetuados às empresas vencedoras das licitações, bem como os documentos que confirmem a entrega dos produtos e/ou a prestação dos serviços contratados por meio dos procedimentos licitatórios;

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 11 de março de 2019.

**DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES**  
Procurador do Ministério Público de Contas de Minas  
Gerais

**PORTARIA Nº 017/2019**

**INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL N.  
034.2019.594**

Considerando a identificação por este Ministério Público de Contas de indícios de conluio entre as empresas TRATORENZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. e RETENGROL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI, participantes dos procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Piracema, Pregão Presencial n. 011/2014 e Pregão Presencial n. 007/2017, para o fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais de fábrica para manutenção da frota municipal;

Considerando a verificação de parentescos e/ou relações indiretas entre as empresas vencedoras e aquelas participantes das licitações, após a realização do cruzamento de dados estratégicos, que reforçam os indícios do conluio identificado;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, VI, da Constituição Federal; 67, I, b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993;



Considerando, por fim, o disposto no artigo 2º, II, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG nº 07, de 21 de novembro de 2013;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL para apurar a ocorrência dos indícios de irregularidades verificados e identificar os possíveis responsáveis pelos fatos ora narrados, determinando, desde já, a expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Piracema requisitando, no prazo de 30 (trinta) dias:

1) cópia completa do Pregão Presencial n. 011/2014 e do Pregão Presencial n. 007/2017, em suas fases interna e externa, realizados para o fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais de fábrica para manutenção da frota municipal;

2) cópia completa de toda a documentação fiscal (notas de empenho, notas de liquidação, ordens de pagamento e notas fiscais) relativa aos pagamentos efetuados às empresas vencedoras das licitações, bem como os documentos que confirmem a entrega dos produtos e/ou a prestação dos serviços contratados por meio dos procedimentos licitatórios;

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 11 de março de 2019.

**DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES**

Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais

**PORTARIA Nº 018/2019**

**INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL N. 035.2019.602**

Considerando a identificação por este Ministério Público de Contas de indícios de conluio entre as empresas TRATORENZZO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. e RETENGROL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS EIRELI, participantes dos procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal de Pitangui, Pregão Presencial n. 043/2014, Pregão Presencial n. 020/2015, Pregão Presencial n. 001/2017 e Pregão Presencial n. 063/2018, para o fornecimento de peças e acessórios genuínos ou

originais de fábrica para manutenção da frota municipal;

Considerando a verificação de parentescos e/ou relações indiretas entre as empresas vencedoras e aquelas participantes das licitações, após a realização do cruzamento de dados estratégicos, que reforcem os indícios do conluio identificado;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, VI, da Constituição Federal; 67, I, b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 2º, II, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG nº 07, de 21 de novembro de 2013;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL para apurar a ocorrência dos indícios de irregularidades verificados e identificar os possíveis responsáveis pelos fatos ora narrados, determinando, desde já, a expedição de ofício à Prefeitura Municipal de Pitangui requisitando, no prazo de 30 (trinta) dias:

1) cópia completa do Pregão Presencial n. 043/2014, do Pregão Presencial n. 020/2015, do Pregão Presencial n. 001/2017 e do Pregão Presencial n. 063/2018, em suas fases interna e externa, realizados para o fornecimento de peças e acessórios genuínos ou originais de fábrica para manutenção da frota municipal;

2) cópia completa de toda a documentação fiscal (notas de empenho, notas de liquidação, ordens de pagamento e notas fiscais) relativa aos pagamentos efetuados às empresas vencedoras das licitações, bem como os documentos que confirmem a entrega dos produtos e/ou a prestação dos serviços contratados por meio dos procedimentos licitatórios;

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 11 de março de 2019.

**DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES**

Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais